

O IDEÁRIO DE PROGRESSO NO *MANUAL DO EDUCADOR DO PROJovem URBANO*

Suany Oliveira de Moraes¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o texto introdutório do *Manual do Educador: orientações gerais* (2012), do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano – um programa educacional, coordenado nacionalmente pelo Ministério da Educação do Brasil. Para tal análise, partimos de algumas das contribuições teóricas, propostas na tese defendida pela Professora Doutora Márcia Aparecida Amador Mascia, em que o ideário de progresso permeia os discursos político educacionais. Assim, consideramos que este trabalho possa oferecer uma contribuição inicial para as pesquisas em Linguística Aplicada e Educação, uma vez que toma um discurso educacional, veiculado em um documento oficial, para estabelecer uma prática interrogadora no que diz respeito à linguagem e seus efeitos de sentido.

Palavras-chave: Projovem Urbano. Ideário de progresso. Discurso político educacional.

The ideology of progress in the Educator's Manual of Urban Projovem

ABSTRACT

The present article aims to analyze the introductory text of the *Educator's Manual: general guidelines* of Urban Projovem, 2012 edition – an educational program nationally coordinated by MEC (Ministry of Education). For such analysis, we start with some of the theoretical contributions proposed in the thesis defended by Prof. Dr. Márcia Aparecida Amador Mascia, in which the ideology of progress permeates political educational discourses. Thus, we believe that this work can provide an initial contribution to researches in Applied Linguistics and Education, since it takes an educational discourse, conveyed in an official document, to establish a questioning practice regarding to language and its effects of meaning.

Keywords: Urban Projovem. Ideology of progress. Educational political discourse.

[...] o discurso do documento oficial apresenta-se como um 'regime de verdade' inquestionável, constituído historicamente. (VALIENTE; SOARES, 2012).

¹ Aluna do programa de Doutorado em Letras da UFMS – Câmpus de Três Lagoas (MS). Professora de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Médio. E-mail para contato: suanymoraes@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, faremos uma breve contextualização sobre o *Manual do Educador: orientações gerais* (2012), do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano – um programa educacional, coordenado nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), cujos direitos autorais ficam reservados à Secretaria-Geral da Presidência da República, à Secretaria Nacional de Juventude, ao MEC e à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Esse Manual faz parte de uma coleção didática do programa do governo federal, composta por oito diferentes cadernos e tem por objetivo principal a compreensão ampla do funcionamento do programa por parte dos profissionais envolvidos, quais sejam: um comitê gestor local, uma coordenação local, professores especialistas e professores orientadores, além dos educadores da Qualificação Profissional e da Participação Cidadã (BRASIL, 2012).

O Projovem Original teve sua gênese em 2005, com a aprovação da Medida Provisória n. 238, de 1º de fevereiro de 2005, convertida na Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, regulamentada pelo Decreto n. 5.557, de 5 de outubro de 2005, que tinha por finalidade principal “[...] executar ações integradas [...] aos jovens brasileiros, [...] a elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do Ensino Fundamental, à qualificação profissional, [...] e ao desenvolvimento de ações comunitárias [...]” (SALGADO, 2012, p. 13).

O Projovem Urbano, 2012, integrado à modalidade Educação de Jovens e Adultos, foi aprovado pelo Decreto n. 7.649, de 21 de dezembro de 2011, passando a ser executado em âmbito nacional sob a responsabilidade do MEC e da SECADI. O Projeto Político Integrado (PPI) do Projovem Urbano apresenta em sua proposta pedagógica três pontos de integração fundamentais, a saber: a) a conclusão do Ensino Fundamental por jovens de 18 a 29 anos; b) a Qualificação Profissional; c) e a Participação Cidadã. Como podemos comprovar, a finalidade básica do programa educacional do Projovem Urbano manteve os mesmos princípios didático-pedagógicos instituídos em 2005 (SALGADO, 2012).

O Projovem Integrado é desenvolvido por meio de quatro diferentes modalidades: (I) Projovem Adolescente; (II) Projovem Campo; (III) Projovem Trabalhador e (IV) Projovem Urbano. O Projovem Integrado articula ainda duas noções básicas: oportunidades para todos e direitos universalmente assegurados (SALGADO, 2012).

Este trabalho pretende investigar o texto oficial introdutório do *Manual do Educador:*

orientações gerais (2012), composto por quatro páginas, no que se refere ao ideário² que subjaz na materialidade linguística do Discurso Político Educacional (DPE) de um programa do governo federal, voltado para a inclusão de jovens no mercado de trabalho, por meio da qualificação profissional e da conclusão do Ensino Fundamental.

Esta proposta de análise toma por base teórico-metodológica a tese defendida pela Professora Doutora Márcia Aparecida Amador Mascia, em seu livro *Investigações Discursivas na Pós-Modernidade: uma análise das relações de poder-saber do discurso político educacional de língua estrangeira* (2003).

Partiremos da hipótese de que o texto introdutório do *Manual do Educador* estabelece alguns pontos de intersecção semelhantes à análise realizada por Mascia, acerca dos documentos educacionais de língua estrangeira, na década de 1980, no estado de São Paulo, tais quais: as Propostas Curriculares, os Parâmetros Curriculares Nacionais e os Discursos Políticos Educacionais.

Não é nossa pretensão (e nem poderia ser) esgotar todas as possibilidades analíticas propostas no trabalho de Mascia, uma vez que nosso *corpus* de pesquisa é incomparavelmente mais simples e menor, portanto, de caráter menos analítico e detalhista. No entanto, reforçamos a hipótese de que há pelo menos dois pontos de intersecção entre o documento aqui analisado e a tese de Mascia. Mesmo sendo um texto introdutório, o DPE do *Manual do Educador* apresenta o ideário de progresso e o desejo de completude em um discurso que visa a uma educação de qualidade, integral e integradora, participativa e cidadã.

Pressupostos Teórico-Metodológicos

Primeiramente, gostaríamos de dar cientificidade à análise aqui proposta. Analisar um discurso institucional tem ganhado na esfera dos estudos linguísticos e discursivos cada vez mais relevância. Pesquisas em Linguística Aplicada (LA) têm comprovado que o leque de possibilidades temáticas suscetíveis de análise e investigação vem se expandindo não só no Brasil, mas também no mundo.

Temas relativos à tradução, gênero, letramento, estratégias de aprendizagem, pronúncia, aquisição de segunda língua, currículo, entre outros, têm sido recorrentemente explorados em

² Tomamos o sentido da palavra “ideário” tal qual é tomado no trabalho de Mascia (2003). Ideário como conjunto de ideias, princípios ou propostas, responsáveis por uma certa visão de mundo (BORBA, 2011).

periódicos internacionais. As práticas languageiras em seus mais variados contextos têm sido foco de observação de muitos estudiosos. Moita Lopes (2013) aponta que devido a nossa experimentação hiperssemiotizada, a LA procura responder às práticas sociais em que a linguagem passou a ser “um elemento crucial” no mundo. Lopes-Rossi (2009, p. 2) acrescenta a ideia de que

[...] a partir dos anos 60, a atenção dos pesquisadores voltou-se para o uso e o funcionamento linguístico com implicações que são próprias às condições de produção real da língua, ou seja, para a atividade discursiva com todos os fatores nela envolvidos.

Trataremos da análise de um texto introdutório de um documento educacional, no que diz respeito às marcas linguísticas subjacentes no discurso institucionalizado, portanto, tido como “verdadeiro”, passível de credibilidade, que tem por efeito de sentido o ideário de progresso, de modernidade, do novo em oposição às perspectivas do velho, do ultrapassado, do tradicional, ou seja, do que deve ser substituído, (trans)formado, (re)formado.

A linguagem como prática social tornou-se objeto de investigação da LA. Sua abrangência investigativa alcança não só o ensino e a aprendizagem de línguas, mas também uma diversidade de contextos languageiros em que a língua(gem) ocupa uma abordagem social real de uso. Corroboramos com Paiva, Silva e Gomes (2013, p. 25), no que diz respeito à “fluidez” investigativa dos objetos de estudo da LA:

Parece haver consenso de que o objeto de investigação da LA é a linguagem como prática social, seja no contexto de aprendizagem de língua materna ou de outra língua, seja em qualquer outro contexto em que surjam questões relevantes sobre o uso da linguagem.

Assim, pretendemos também situar a importância de nosso *corpus* – *Manual do Educador* – para comprovar a recorrência do ideário de progresso e de modernidade em um discurso educacional voltado para a implementação de políticas públicas educacionais para jovens e adultos em situação de exclusão.

Neste sentido, buscaremos estabelecer uma conexão entre a linguagem institucional e o ensino. Conforme Ferreira (2010, p. 148), “[...] pensar linguagem no ensino é percorrer o mundo textual e discursivo, e pensar em ensino é tocar os sujeitos do mundo.” Essas duas esferas se entrecruzam para reforçar valores de evolução, desenvolvimento, melhoramento, aperfeiçoamento, futuro, reforma e integração.

Mascia (2003) defende que o DPE estabelece relações de poder-saber, por ser institucionalizado, atravessado pela voz da autoridade e, portanto, da “verdade”. O ideário de progresso, que nele se constitui, constrói a ideia da imagem de que o sujeito pode ser formado por um ensino e uma educação de qualidade, ideal, integral, completa, ao se submeter às etapas das propostas político-pedagógicas previstas nesses documentos. A ideia de completude do sujeito apoia-se na Filosofia positivista, estruturalista, em que o sujeito é consciente, cartesiano, racional, capaz de transformar-se e, mais do que isso, transformar o mundo à sua volta, transformar a sua realidade social. No entanto, sabemos que tal completude não se sustenta em meio a esses discursos.

Trata-se de uma ilusão necessária, de um desejo frente à falta e à incompletude do sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, cindido, incompleto, fragmentado, esfacelado pela pós-modernidade. Apesar de essa completude ser ilusória, valores como verdade, progresso e bem social são aceitos como imprescindíveis na pós-modernidade em que a incompletude, a fragmentação, a falta e a instabilidade geram a angústia, o fracasso, a ansiedade, o caos interior. Neste contexto, os DPE, com suas propostas inovadoras, modernas e transformadoras, trabalham a ideia das mudanças curriculares e didático-pedagógicas como verdadeiramente relevantes, tornando-se, assim, uma necessidade para se atingir o sucesso.

Conforme Mascia (2003, p. 38), “[...] interessa-nos levantar como e em que condições os conceitos que envolvem as mudanças curriculares se tornaram a fazer parte de um campo de interesse.” Este campo de interesse justifica-se justamente pelo desejo de ser completo, uno. A concepção do ideário de progresso que se tem nos DPE, em geral, coincide com a concepção de progresso do *Manual do Educador*, em que as oportunidades no mercado de trabalho e o exercício efetivo da cidadania são recorrentemente postos como metas a serem atingidas, ou seja, sair da ignorância, de uma situação social e econômica desfavorável para o conhecimento, para um futuro promissor significa ter a vida (trans)formada pela educação, ou seja, renovada.

Essa transformação está diretamente ligada à institucionalização da voz do governo, da política educacional e, por extensão, do poder, já que a relação entre a verdade e o poder é, segundo Mascia, apoiando-se nos pressupostos genealógicos foucaultianos, (2003, p. 147), simbiótica “[...] no sentido de que a verdade ou os efeitos de verdade estão vinculados a sistemas de poder, um alimentando o outro.” As mudanças pedagógicas de que trata o *Manual do Educador* são estabelecidas por vozes, por autoridades “[...] cujo ‘poder-saber’ é socialmente reconhecido, aceito e institucionalizado.” (MASCIA, 2003, p. 84).

Este documento busca preencher uma lacuna, uma falta, o que é ilusório, mas

necessário. Uma proposta política educacional que tem por meta básica dar oportunidades para todos os jovens de 18 a 29 anos para concluírem o Ensino Fundamental, além de assegurar direitos universais a eles, com qualificação profissional e participação cidadã, constrói um discurso, buscando a imagem de completude, por meio de possibilidades ideais de construção e de aprimoramento pessoal, além de aperfeiçoamento técnico-profissional. Conforme informações constantes do Projovem Original, “[...] essas noções propiciam que o jovem se torne protagonista de sua inclusão social, na perspectiva da cidadania (SALGADO, 2012, p. 14).

Por meio de um discurso assertivo e prescritivo, o *Manual do Educador* constitui-se como “verdadeiro”, necessário, essencial, tornando-se um forte argumento de convencimento para a implantação do Projovem Urbano e sua conseqüente adesão, tanto por parte do grupo de profissionais envolvidos, como do público-alvo: os próprios jovens alunos. Assim, a completude aparentemente se estabelece, concretiza-se por causa de uma oferta democrática e comprometida de um projeto político educacional integrador que visa ascender socialmente jovens excluídos profissional e culturalmente.

Nosso *corpus* será, para fins de análise, dividido em cinco diferentes trechos textuais (recortes) que chamaremos aqui de Sequências Textuais (ST). A ordem de análise dos dados deste *Manual* obedecerá à seqüência original das informações constantes do texto introdutório, que poderá ser lido integralmente ao final deste artigo (ANEXO). Seleccionamos, em cada uma dessas seqüências, os trechos mais representativos do ideário de progresso que subjaz na materialidade discursiva deste documento oficial, para, então, tecermos algumas considerações finais.

Análise dos recortes

Nas ST a seguir, trataremos de discutir as marcas linguísticas evidenciadas como construções linguístico-discursivas do ideário de progresso, de modernidade, do novo em relação ao velho. Além disso, mostraremos qual/quais efeito(s) de sentido tais marcas imprimem no discurso de uma educação que se pretende ser integral e de qualidade, ou seja, como o discurso corrobora para a construção da ideia do desejo de completude frente à falta que tanto é recorrente nos discursos político educacionais em geral.

(ST 01)

Investir em programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução de desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro de sua juventude.

Observamos, na ST 01, o objetivo pretendido, qual seja, o desenvolvimento integral do jovem brasileiro (ideal de completude), por meio de ações e programas destinados para tal fim. Para tanto, faz-se necessário, então, criar condições necessárias para romper o ciclo de desigualdades e restaurar a esperança (a falta). Segundo o *Dicionário Unesp do português contemporâneo*, restaurar significa “pôr em bom estado”, “recuperar”, “revitalizar”, “fazer restabelecer” (BORBA, 2011, p.1.214). Esses verbos caracterizados pelo prefixo RE – trazem a voz do momento anterior (MASCIA, 2003, p. 117). O momento anterior, representado pelo passado, pelo velho que precisa ser estabelecido de nova forma (restabelecido, restaurado, recuperado, reformado), com ações e novos programas.

(ST 02)

Além de manter o mesmo Projeto Pedagógico Integrado (PPI) que representa um novo paradigma de educação, articulando conclusão do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional Inicial e experiências de Participação Cidadã, o Projovem Urbano reafirmou as seguintes características do Programa original: (i) a proposta inovadora de gestão intersetorial compartilhada; (ii) a estratégia desafiadora de implantação em regime de cooperação com o Distrito Federal e com os estados e municípios envolvidos; (iii) a inédita combinação do caráter emergencial [...] que implica a busca de novas estratégias de ensino e aprendizagem [...]; (iv) os materiais pedagógicos inovadores especialmente produzidos [...]; (v) a organização bem-sucedida do trabalho dos educadores [...].

A ST 02 traz, em sua materialidade linguística, uma série de adjetivos ligados a substantivos que denotam, mais uma vez, o ideário de progresso, do novo, do inovador, a saber: novo paradigma, proposta inovadora, estratégia desafiadora, inédita combinação, novas estratégias, materiais pedagógicos inovadores, organização bem-sucedida. Compartilhamos da ideia de Valiente e Soares (2012, p. 9) quando analisam os efeitos de sentido do discurso educacional em um contexto do ideário de progresso:

[...] o discurso se encaminha rumo a um ideário de completude em que linguisticamente ‘necessário’ traz efeitos de sentido de indispensável, imprescindível, aquilo que deve ser feito e cumprido, não abrindo espaços para interpretações contrárias.

Desse modo, diante da inovação proposta, desde a gestão intersetorial do programa até

a organização do trabalho por parte dos educadores, o PPI do Projovem Urbano foi pensado e implementado para suprir as lacunas de uma educação de pouca ou baixa qualidade, assegurando ao jovem o ideário de integralidade de sua formação: conclusão escolar do ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã.

Constatamos, assim, que o ideário de progresso e de completude, no *Manual* acaba sendo uma ilusão necessária neste contexto em que a educação integral e de qualidade parece ser a solução para os problemas de ordem socioeconômica do país. A ideia que é construída nesta ST é a de que todo jovem que participar do programa educacional proposto terá sólidas condições de assegurar seu lugar no mercado de trabalho e na sociedade em geral, já que ele terá bases formativas e informativas necessárias para sua futura atuação como profissional e cidadão. Isso pode ser reafirmado por Mascia (2009, p. 144), ao tratar da ilusão de completude, “[...] a escola passa a trabalhar com a imagem de homogeneização, o que é uma ilusão (necessária nesse contexto de ensino-aprendizagem como tal é construído).”

(ST 03)

O balanço, contudo, é muito positivo: a despeito dos desafios enfrentados na implementação e na gestão, o Projovem Urbano é uma experiência exitosa que deve ser ampliada em suas fortalezas e aperfeiçoada em suas estratégias de superação de dificuldades.

Na ST 03, a materialidade linguística que reforça o discurso do ideário de progresso também se faz presente. O balanço é muito “positivo”, a experiência é exitosa e deve ser ampliada e aperfeiçoada. De acordo com o texto, apesar dos desafios enfrentados, ideia posta na oração subordinada adverbial concessiva, o argumento de maior força (na oração principal) incide na ideia de que se trata de uma experiência de sucesso, que vale a pena ser implementada, superada. Além disso, o modalizador “deve” tem por efeito um tom assertivo, prescritivo do DPE. Trata-se de uma forte relação (imbricada) entre o discurso, a verdade e o progresso.

(ST 04)

Nesse ciclo do Projovem Urbano, reafirma-se o jovem como sujeito de direitos, valorizando suas expressões culturais, seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas.

Novamente, observamos, na ST 04, o emprego do verbo reafirmar, trazendo a voz do momento anterior. O jovem é, aqui, construído como um sujeito de direitos, portanto,

valorizado como cidadão, pleno. Suas necessidades também são valorizadas de modo integral, uma vez que ele se insere em um contexto social em que sua cultura, seus saberes, inclusive suas emoções e sensibilidades são aspectos componentes desse sujeito de direitos. Reafirma-se, na ST 04, o desejo de completude em oposição à falta.

(ST 05)

Ao propor estratégias inovadoras de organização do trabalho escolar, de organização dos tempos e dos espaços pedagógicos, busca-se favorecer o encontro entre educador e educando, o que exige considerar as experiências e conhecimentos dos jovens, bem como seu percurso escolar anterior.

As estratégias inovadoras do trabalho e da administração do projeto corroboram para o discurso do ideário de progresso. A oração subordinada reduzida de infinitivo “Ao propor”, de valor temporal, tem por efeito de sentido a circunstância de tempo em que o objetivo, a finalidade contida na oração principal (buscar o favorecimento do encontro entre educador e educando) se estabelece. Parafraseando a oração original, teríamos: No momento em que propomos estratégias inovadoras de trabalho, busca-se favorecer o encontro; ou seja, a ideia de favorecimento da interação educador/educando está condicionada ao tempo, no momento em que se propõe, haverá favorecimento dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o texto introdutório do *Manual do Educador*, pudemos constatar que o ideário de progresso e de modernidade, proposto na tese de Mascia (2003), dialoga de modo estreito com o DPE, presente neste documento oficial. Trata-se de um discurso que tem por efeito de sentido “reafirmar” como imprescindíveis determinadas práticas político educacionais.

Em nossa breve análise, observamos que o jovem do projeto Projovem Urbano é atendido em três esferas importantes de sua vida: a conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional e a participação cidadã. Tem-se a ideia de uma educação de qualidade e integral, fazendo com que este jovem, ao concluir as etapas do projeto, torne-se um sujeito pleno de direitos.

Confirmamos a nossa hipótese, na medida em que o *Manual* traz em sua materialidade linguística, a necessidade da (re)forma, da (re)formulação, da (re)afirmação, da (re)novação, isto é, da implantação do novo e do ideal; daquilo que realmente vai fazer a diferença, ou como

Mascia (2003) diz, vai favorecer a “salvação das massas”, homogeneizando as condições socioeconômicas de cada jovem participante em um processo discursivo de naturalização das diferenças, das dificuldades e dos percalços encontrados.

Mesmo o *Manual* abordando algumas das dificuldades encontradas na gestão e na implementação, essas dificuldades são “anuladas”, superadas frente à necessidade (obrigação?) de uma experiência qualificada como exitosa, de sucesso, bem-sucedida. Assim, o jovem formado pelo programa será fruto dessa experiência, portanto, bem-sucedido também.

Por se tratar de um DPE do governo federal, e, por extensão, do MEC e da SECADI, o discurso veiculado nesse documento oficial admite valor de verdade, de autoridade legitimada; logo, inquestionável, irrefutável, atraindo a adesão da participação dos envolvidos (gestores, coordenadores, educadores e educandos).

O desejo de completude se estabelece nesses discursos em oposição à falta, às lacunas sociais e educacionais diárias. A ilusão (necessária) da integralidade do PPI, proposto nesse documento, é o que sustenta a ideia do novo, do inovador, da mudança, da transformação com novas metodologias, novos materiais didáticos, nova organização de tempo e de conteúdo. Como não dar certo? É o discurso de uma força libertadora, de uma formação educacional e profissional de sucesso, com a centralização do aluno no papel de agente transformador de sua realidade.

Apoiamos nossa reflexão no que dizem Nascimento e Teixeira (2010, p. 51): “[...] nossa pretensão é a de que os sujeitos-professores tenham posturas mais críticas [...]”, porque, mesmo com os DPE, impostos pelo poder que se instaura no sistema educacional, o sujeito- professor, crítico e interrogador de suas práticas pedagógicas e languageiras, poderá formar seu sujeito-aluno, de modo mais crítico também, ciente de suas potencialidades e reais possibilidades.

ANEXO

INTRODUÇÃO

Investir em programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro de sua juventude.

Com essa perspectiva, em 2005, o Governo Federal lançou a Política Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, que compreendeu a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem. A gestão do Programa coube à Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, sendo compartilhada com o Ministério da Educação, o Ministério de Desenvolvimento Social e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Dois anos depois, em 2007, o Programa tornou-se uma referência, e seus resultados motivaram a integração de outras ações voltadas para juventude que se desenvolviam nos ministérios citados. Nasceu assim o Projovem Integrado, com suas quatro modalidades: o Projovem Adolescente, o Projovem Campo, o Projovem Trabalhador e o Projovem Urbano, este resultante do Projovem original.

Além de manter o mesmo Projeto Pedagógico Integrado (PPI) que representa um novo paradigma de educação, articulando conclusão do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional Inicial e experiências de Participação Cidadã, o Projovem Urbano reafirmou as seguintes características do Programa original: (i) a proposta inovadora de gestão intersetorial, compartilhada; (ii) a estratégia desafiadora de implantação em regime de cooperação com o Distrito Federal e com os estados e municípios envolvidos; (iii) a inédita combinação do caráter emergencial – pois os jovens em situação de exclusão social e educacional têm urgência de uma nova

chance para refazer suas trajetórias de vida –, com o caráter experimental, que implica a busca de novas estratégias de ensino e aprendizagem capazes de levar em conta as vivências e os sonhos dos jovens que interromperam precocemente seu percurso escolar; (iv) os materiais pedagógicos inovadores especialmente produzidos para atender a essas características do Programa e de seu público-alvo, constando de guias, manuais, vídeos e outros, destinados a estudantes, educadores, gestores e instituições de formação de educadores; (v) a organização bem-sucedida do trabalho dos educadores considerando as funções de professor especialista (PE), que atua na perspectiva de cada componente curricular, e de professor orientador (PO), que trabalha com as atividades de integração do currículo e que, no caso da dimensão de Formação Básica, torna-se responsável também pela orientação pedagógica de uma das cinco turmas do Núcleo.

Em sua implementação, contudo, o Programa original enfrentou dificuldades principalmente advindas de recorrentes substituições de gestores nas secretarias e instâncias responsáveis por sua execução local; resistência de uma parcela de diretores de escolas que criavam restrições para a integração dos jovens do Projovem Urbano na comunidade escolar; desistência desses jovens ainda na fase inicial das atividades – alegando questões pessoais geralmente ligadas a mudanças de endereço ou ao surgimento de oportunidades de trabalho – e consequente dificuldade operacional de alcançar as metas quantitativas desejadas.

O balanço, contudo, é muito positivo: a despeito dos desafios enfrentados na implementação e na gestão, o Projovem Urbano é uma experiência exitosa que deve ser ampliada em suas fortalezas e aperfeiçoada em suas estratégias de superação de dificuldades.

Com esse objetivo, ultrapassando sua fase de Programa emergencial e reafirmando sua condição de política pública, em 2012, o Projovem Urbano foi vinculado à estrutura do sistema educacional brasileiro.

A decisão do Governo Federal de promover essa transferência – tomada em conjunto com a Secretaria Geral da Presidência, a Secretaria Nacional de Juventude e o Ministério da Educação – visa a garantir a atualização, o aperfeiçoamento e a expansão do Programa. É uma estratégia para superar os obstáculos encontrados na implantação e, ao mesmo tempo, uma aposta que reafirma a potencialidade já demonstrada.

A abertura de novas turmas no início de 2012, sob a coordenação nacional do MEC, faz-se após um intenso trabalho interministerial visando à consolidação do Projovem Urbano, agora compreendido como uma modalidade da Educação de Jovens e Adultos, vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC.

Contando agora com toda a estrutura do Sistema Educacional do MEC para sua implantação e funcionamento, o Projovem Urbano poderá ultrapassar obstáculos e experimentar outras inovações. Entre elas podemos destacar a ampliação do atendimento para os municípios com 100.000 habitantes ou mais e a contratação de até dois profissionais de nível médio, modalidade magistério, para acolher os filhos dos jovens e das jovens estudantes do Projovem Urbano.

O Programa contará, em âmbito nacional, com um comitê gestor composto por representantes da SECADI/MEC, da SNJ e do Conselho Nacional da Juventude. O comitê gestor local, em âmbitos estadual, municipal ou distrital, deve envolver as secretarias estaduais, municipais ou distrital de educação, o Conselho de Juventude, quando existir na localidade, e os órgãos ou organismos locais de política de juventude. Nos estados e no Distrito Federal, deverá envolver também a Agenda de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e a EJA.

A cooperação entre a SECADI/MEC e a SNJ fortalecerá o Projovem Urbano como meio de assegurar aos jovens das cidades o acesso ao direito universal à Educação e também reforçará seu caráter de instrumento fundamental de consolidação da Política Nacional de Juventude. À SNJ caberá coordenar a avaliação externa do Programa, identificando seus efeitos na vida dos jovens. Além disso, ficará incumbida, nas atividades de formação de gestores, formadores e educadores, de contribuições direcionadas para a compreensão das características da juventude de hoje.

Nesse novo ciclo do Projovem Urbano, reafirma-se o jovem como sujeito de direitos, valorizando suas expressões culturais, seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas. Assumindo a perspectiva geracional, o Programa pressupõe um diálogo produtor de escutas e aprendizados mútuos e espera contar com as contribuições das organizações juvenis, das universidades, de especialistas em políticas de juventude e de gestores de Políticas Públicas de Juventude nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

No que diz respeito à aprendizagem, ao assumir um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, espera-se que o jovem atue como sujeito, construtor de aprendizagens integradas formando um todo que faça sentido para ele. A aprendizagem só se efetiva realmente quando o estudante consegue relacionar os novos conhecimentos com suas experiências prévias e situá-los nas diferentes dimensões de sua vida.

Para garantir situações que favoreçam esse tipo de aprendizagem, é necessário articular a ação criadora dos atores envolvidos com os princípios e diretrizes do Projeto Pedagógico Integrado (PPI), evitando que o Programa se descaracterize e perca o sentido. A ideia é que cada instituição ou sujeito colabore ativamente, na instância em que participa, para a obtenção de objetivos definidos coletivamente e para o desenvolvimento de ações planejadas de modo solidário.

É na sala de aula que as propostas pedagógicas se concretizam ou não... É nela que se constrói o currículo real, e cabe aos educadores definir estratégias de atuação com vistas a integrar as três dimensões do currículo, de acordo com os fundamentos e diretrizes do Programa.

Ao propor estratégias inovadoras de organização do trabalho escolar, de organização dos tempos e dos espaços pedagógicos, busca-se favorecer o encontro entre educador e educando, o que exige considerar as experiências e conhecimentos dos jovens, bem como seu percurso escolar anterior. Quando chegam ao Projovem Urbano, os estudantes trazem experiências pessoais e conhecimentos prévios que não podem ser ignorados, mas que, ao contrário, devem constituir uma referência para cada educador definir formas de trabalhar e de relacionar-se com a turma.

Neste Manual, apresenta-se o Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do Projovem Urbano, com as orientações necessárias para o desenvolvimento do curso. Parte integrante de um processo de formação continuada, o manual oferece subsídios para a atuação dos docentes preparando-os para as funções simultâneas de professor especialista (PE) e de professor orientador (PO), mas sua finalidade mais relevante é ajudar o educador do Projovem Urbano a ter acesso ao Projeto Pedagógico Integrado, a compreendê-lo e apropriar-se dele.

BRASIL. Ministério da Educação. **Material didático-pedagógico Projovem Urbano 2012**. Brasília, DF, 2012. Folder. Disponível em: <<http://www.sousandrade.org.br/Projovemurbano/docs/formacao/materialdidatico.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

GUIMARÃES, E. **Texto, discurso e ensino**. São Paulo: Contexto, 2009. Resenha de: FERREIRA, D. M. M. Texto, discurso e ensino de Elisa Guimarães. *Linha D'Água*, São Paulo, n. 23, p. 147-150, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/37340/40060>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

IDEÁRIO. In: BORBA, F. S. **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011. p. 729.

LOPES-ROSSI, M. A. G. **Tendências atuais da pesquisa em Linguística Aplicada**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM LINGUÍSTICA APLICADA, 5, 2009, Taubaté. *Anais*. Taubaté: Universidade de Taubaté, 2009. v. 1, p. 1-14. Disponível em: <http://site.unitau.br/scripts/prppg/la/5sepla/site/comunicacoes_orais/artigo-maria_aparecida.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MASCIA, M. A. A. **Investigações discursivas na pós-modernidade: uma análise das relações de poder-saber do discurso político educacional de língua estrangeira**. Campinas: Ed. FAPESP, 2003.

MASCIA, M. A. A. **O discurso do letramento e as relações de poder: por uma abordagem menos ilusória**. *Travessias*, Cascavel, v. 7, n. 1, p. 1-8, 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3461/2755>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MOITA LOPES, L. P. **Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar**. In: ROCA, P.; PEREIRA, R. C. (Org.). *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 11-24.

NASCIMENTO, C. A. G. S.; TEIXEIRA, O. I. Propostas curriculares para a educação de jovens e adultos: como se constitui o imaginário do professor? *Horizontes*, Itatiba, v. 28, n. 1, p. 41-53, 2010. Disponível em: <[http://webp.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/5-Propostas%20curriculares%20para%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20e%20adultos%20como%20se%20constitui%20o%20imagin%C3%A1rio%20do%20professor\[16708\].pdf](http://webp.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/5-Propostas%20curriculares%20para%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20e%20adultos%20como%20se%20constitui%20o%20imagin%C3%A1rio%20do%20professor[16708].pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2014.

PAIVA, V. L. M. O.; SILVA, M. M. S.; GOMES, I. F. A. **Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos**. In: ROCA, P.; PEREIRA, R. C. (Org.). *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 25-50.

RESTAURAR. In: BORBA, F. S. **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011. p. 1.214.

SALGADO, M. U. C. (Org.). **Manual do educador: orientações gerais**. Brasília, DF: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012. (Coleção Projovem Urbano).

VALIENTE, M. F.; SOARES, M. X. S. **A relação poder/saber no documento: carta de apresentação do SAEMS-2011**. *Travessias Interativas*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2012. Disponível em: <http://www.travessiasinterativas.com/_notes/vol3/art%20Maria%20e%20Margarida_vol3.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2014.